

A produção da vida em comunidades tradicionais da baixada cuiabana: trabalho e saberes da experiência

Edson Caetano
Camila Emanuella Pereira Neves

Resumo

Este trabalho discute a produção associada da vida em comunidades tradicionais e os saberes da experiência, enquanto resistência ao novo, no campo da luta pela manutenção da cultura tradicional. Os dados empíricos resultam de pesquisa realizada em uma comunidade tradicional da baixada cuiabana. A análise dos resultados se efetivou à luz do materialismo histórico, o que possibilitou apreender os saberes da produção associada enquanto interface da constituição de uma nova cultura do trabalho.

Palavras-chave: Produção Associada. Saberes da Experiência. Comunidades Tradicionais.

Introdução

O presente trabalho reflete sobre os possíveis significados da produção associada e dos saberes da experiência, tendo como campo empírico uma comunidade quilombola localizada em Poconé- MT. Nossa reflexão se debruça sobre o estudo desenvolvido, a partir de um campo específico que prioriza as reflexões sobre o trabalho enquanto categoria eminentemente humana, entendendo que o homem se humaniza através do trabalho e das relações sociais construídas a partir deste. Nesse sentido, o trabalho é tido como elemento central, não só no que se refere ao desenvolvimento histórico do homem, mas na tentativa de compreensão/explicação do real.

As análises efetivadas partem da categoria trabalho, ancorada no arcabouço teórico formulado por Marx, porém concebendo o trabalho não apenas no seu sentido ontológico, mas, sobretudo como princípio educativo. No interior das relações sociais, ao trabalhar, os homens produzem conhecimento; o que lhes permite manter, conservar, criar e recriar múltiplas formas de existência.

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. (SAVIANI, 2007, p. 154).

A partir da centralidade do trabalho e do seu princípio educativo, emerge uma dupla preocupação: de um lado, a tentativa de compreensão dos sentidos do trabalho como condição natural do homem e a sua possibilidade educativa; e de outro, a preocupação reflexiva sobre a configuração assumida pelo trabalho no modo de produção capitalista, visto que, segundo Marx, no referido modo de produção.

[...] o trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza ele produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria, tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens. (MARX, 2004, p. 59).

Elegemos o materialismo histórico enquanto pressuposto no intuito de compreendermos as questões que envolvem a produção material e imaterial a partir do trabalho associado realizado por homens e mulheres. Acreditamos que não exista método alheio a uma dada concepção de realidade, pois,

[...] o método de análise, na perspectiva dialética materialista, não se constitui na ferramenta asséptica, uma espécie de 'metrologia' dos fenômenos sociais, que nas perspectivas que aqui denomino de metafísicas é tomada como garantia da 'cientificidade, da objetividade e da neutralidade'. Na perspectiva materialista histórica, o método está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. (FRIGOTTO, 1989, p. 76-77).

Nesse sentido, no processo dialético do conhecimento da realidade, o que se persegue é a crítica e o pensamento crítico do entendimento do mundo, ou seja, o conhecimento que se dá na e pela práxis, em uma perspectiva que vislumbre uma ação transformadora da realidade.

Caminhos metodológicos

Em Capão Verde pudemos ver de perto e com vagar como se dá o viver e o ser em comunidade tradicional. A noção de pertencimento a um determinado território é o que lhes dá identidade e sentido à vida. É possível perceber a imensidão de terra em que vivem, mas o interessante é que eles conservam suas casas próximas uma das outras, demonstrando opção por ficar próximos.

Os moradores da comunidade trabalham de acordo com determinada cultura e, ao mesmo tempo, ao trabalharem, produzem cultura. Como elemento de mediação com o meio natural, o trabalho de produzir a vida associativamente tem como objetivo o desenvolvimento das próprias pessoas, entendidas como parte integrante e inseparável da natureza. Reverenciando, se enraizando na terra e mantendo fortes relações de parentesco, os negros, que antes se confrontavam com o regime escravagista, hoje se confrontam com o regime capitalista, buscando uma organização social em que homens e mulheres se apropriam, de forma igualitária, dos frutos do trabalho.

As primeiras entrevistas ocorreram sem a predefinição dos sujeitos pesquisados, mas as demais já foram realizadas a partir dos interesses e objetivos da pesquisa. Realizamos entrevistas semi-estruturadas e gravadas com doze trabalhadores e trabalhadoras da Comunidade Capão Verde.

Participamos/presenciamos festas, reuniões, capacitações, processo de produção e de venda dos derivados de banana da terra, algumas aulas do Ensino Fundamental e da EJA (Educação de Jovens e Adultos) e conversamos informalmente com as crianças e os adolescentes da Comunidade. O período de pesquisa de campo foi de um ano, num total de treze visitas a Comunidade. Por ser uma viagem longa de 116 km (1 hora e 50 minutos), geralmente, permanecemos na Comunidade não menos que cinco horas.

Comunidades tradicionais: conceituação e campo empírico

Um dos reflexos do processo de mundialização é a intencionalidade do pensamento neoliberal, característico na chamada pós-modernidade, no estabelecimento de padrões culturais, éticos, sociais e morais para os indivíduos integrados ao sistema vigente. As pessoas que, por uma razão ou outra, não compartilham do referido ideário são invariavelmente denominadas como tradicionais, ultrapassadas, atrasadas e ou primitivas. O devir para esses homens e mulheres não ajustados ao neoliberalismo é a conversão. O caminho a ser trilhado já está dado pelo Darwinismo social e pelo etnocentrismo ocidental.

Cotidianamente nos deparamos com observações questionando: para que tanta terra para os índios se eles não gostam de trabalhar? Não há razão para a existência dos quilombos, já que, a escravidão foi abolida. Os sem terra são um bando de baderneiros. O ribeirinho deve ir para as cidades e arrumar trabalho com carteira assinada. O correto é acabar com o camponês e substituí-lo pelo agronegócio. Frente a esse discurso, praticamente hegemônico, cumpre aos pesquisadores comprometidos com os movimentos

populares o esforço para desvendar como são e vivem os povos das comunidades tradicionais e, no momento seguinte, contribuir para que se tornem visíveis e possuidores de vontades e direitos.

Para Brandão (2012, p. 111), comunidade é indubitavelmente espaço de vida “[...] e a essência de cada comunidade são os sujeitos e as relações que se estabelecem entre eles e com a natureza”. As relações sociais pressupõem a existência de vínculo com um determinado território que se constitui no espaço da vida na cotidianidade.

As principais características das comunidades tradicionais, segundo Diegues (2001, p. 59) são:

- dependência da relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um modo de vida;
- conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- moradia e ocupação do território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra dos seus antepassados;
- importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- reduzida acumulação de capital;
- importância dada a unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas;
- a tecnologia utilizada, que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente; há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor e sua família dominam todo o processo até o produto final;
- fraco poder político, que em geral reside nos grupos de poder dos centros urbanos; e
- auto-identificação ou identificação por outros grupos de pertencer a uma cultura distinta.

No campo acadêmico, ou seja, na dimensão teórico-conceitual, as comunidades tradicionais se constituem, em uma categoria de análise. De acordo com Diegues (2001, p. 62), “[...] exemplos empíricos de populações tradicionais são as comunidades caiçaras, os sitiantes e roceiros, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas”.

A produção associada enquanto categoria histórica

O trabalho é uma condição humana consciente e proposital quando o indivíduo se apropria da natureza, alterando seu estado natural, em seu próprio proveito, mas não modifica apenas o material sobre o qual opera, transforma-se o próprio ser humano. O desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção forja novas relações sociais e econômicas, que se materializam em diferentes modos de produção.

A partir da década de 1980, consolida-se mundialmente o modelo neoliberal de acumulação do capital, através do regime de acumulação flexível, que, segundo Harvey (2003), preconizava uma nova organização da produção – uso intensivo da tecnologia e da microeletrônica, aumento da produtividade, controle de qualidade, trabalho em células, *Just-in-time* –; a busca de novos serviços, produtos e mercados; a criação de novas necessidades e a flexibilidade do consumo, da produção e do trabalho. Este modelo está assentado na desestruturação do mercado de trabalho – desemprego, precarização do trabalho e na exclusão crescente de contingentes de trabalhadores –, no enfraquecimento dos sindicatos, na diminuição dos rendimentos e na crise da sociedade salarial – com a diminuição do proletariado industrial e do número de postos de trabalho com carteira de trabalho (CASTEL, 1998).

Frente a uma conjuntura extremamente desfavorável, onde o trabalhador transita entre o desemprego e o subemprego, este se vê forçado a criar múltiplas estratégias de trabalho e de sobrevivência. A produção associada é uma das estratégias de que os trabalhadores e trabalhadoras pertencentes aos setores populares lançam mão, visando a garantia da reprodução ampliada da vida através de práticas econômico-sociais e culturais que se diferenciam da racionalidade da economia capitalista.

A produção associada, como produto das condições históricas, é uma estratégia criada para organizar o trabalho e a vida que pode levar à emancipação do capital, a um novo projeto societário e à liberdade como sujeitos históricos. Nas palavras de Singer (2002, p. 138), manifestamos que ela difunde “[...] os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista”. A produção associada diz respeito à unidade básica do modo de produção dos produtores livremente associados.

Tiriba (2006, p. 118) destaca que:

[...] a ‘produção associada’ deve ser concebida em dois sentidos. O primeiro vincula-se à constatação (a olho nu) de que a reprodução da classe que vive do trabalho, em especial dos trabalhadores oriundos dos setores populares, requer

uma verdadeira produção associada, pressupondo a criação de redes de solidariedade, de colaboração para que, cotidianamente, possam garantir sua sobrevivência. A reprodução ampliada de vida requer a coordenação do esforço coletivo do conjunto de pessoas que compõem a unidade de produção, seja ela unidade doméstica, cooperativa ou de qualquer outro empreendimento econômico. O segundo sentido de ‘produção associada’ caminha no horizonte econômico-filosófico marxista, no qual a mesma é entendida como unidade básica da sociedade dos produtores livremente associados na produção.

Em comunidades tradicionais observamos a presença de características próprias da produção associada. Preservando intensa relação com a natureza, esses trabalhadores desenvolvem uma maneira singular de viver, baseada no viver em comum, na solidariedade, na igualdade, na manutenção dos costumes e tradições, na comunhão da terra, na reciprocidade e democracia, compartilhando uma visão de mundo e de sociedade que os aproxima dos princípios da produção associada.

Todas essas características da produção associada fazem com que o trabalho não seja subordinado ao capital, não seja alienado e nem alienante, não gere a mais-valia e possibilita que os envolvidos construam coletivamente uma nova concepção de mundo e de trabalho. Por serem todos donos dos meios de produção e a repartição dos frutos do trabalho ser igualitária, o princípio da igualdade reforça os laços de pertencimento, solidariedade e compartilhamento no interior do grupo.

A inexistência do patrão, a autogestão do processo de trabalho, a inexistência de exploração do trabalho de outrem e a divisão igualitária dos frutos advindos da comercialização da produção marcam o conjunto dessas experiências de trabalho associado no conjunto das comunidades pesquisadas. Da mesma maneira, os trabalhadores e trabalhadoras, coletivamente, determinam o ritmo e o tempo de trabalho, realizam atividades laborais que lhes dão prazer e que têm afinidade, têm possibilidade de criar novas mercadorias, socializar saberes e, até mesmo, não comparecer ao trabalho, sem que isto cause danos à produção da sua existência.

Os moradores da comunidade estudada se associaram para produzirem mercadorias coletivamente, escolhendo aquelas que remetem à ancestralidade do lugar, significando que a escolha da mercadoria a ser produzida não é determinada pelo mercado, mas sim pela tradição da produção que caracteriza a comunidade. As principais mercadorias produzidas são: banana *chips*, farinha de banana, doce de banana, farinha de mandioca, rapadura e açúcar mascavo.

Práticas coletivas e ancestrais de trabalho são mantidas até o presente momento em todas as comunidades pesquisadas. Um dos exemplos de trabalho associado é o *Muxirum*

que consiste em uma ação coletiva mediante a qual, durante a semana, os moradores realizam atividades laborais, como: plantar, carpir, colher, entre outras, na roça de uma pessoa; no outro dia, essa mesma ação ocorre na roça de outro, e assim por diante. O trabalho que uma pessoa realizaria em uma semana é realizado coletivamente em um dia. Essa prática aumenta a produção, diminui o dispêndio de força física e institui relações de solidariedade, cooperação, amizade, parceria, entre outras.

A importância atribuída à terra pelos trabalhadores e trabalhadoras das comunidades pesquisadas não é fruto de um sentimento externo a esses sujeitos e, sim, um saber compartilhado pelos fundadores do quilombo. Eles socializaram o prazer/satisfação em trabalhar na terra e que faz parte das suas vidas. Esses saberes acabam por instituir uma tradição/costume transmitida entre as gerações. Segundo Thompson (1998, p. 18), essas “[...] tradições se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral, com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares”.

Outra característica dessa comunidade é a posse coletiva da terra que remonta à ancestralidade das comunidades. Para produzirem é estabelecido coletivamente que o pedaço de terra para plantar deve ser proporcional à força de trabalho existente em cada família. Essa racionalidade econômica é construída a partir de saberes que consideram a relação intrínseca entre a modificação da natureza e a reprodução ampliada da vida. Pode-se perceber uma intencionalidade, não só visando a garantia da produção material, mas para assegurar a fixação dos trabalhadores e trabalhadoras naquela porção de terra e, ao mesmo tempo, consolidar um sentido de comunidade. Manifesta, assim, o pressuposto de Thompson (2001, p. 208), em que a economia e a cultura “[...] estão presos à mesma rede de relações”.

Os saberes da experiência

Conceber a educação e os saberes numa perspectiva ampliada, ou seja, que não se restrinja ao espaço da escola, não implica desconsiderar a importância da reflexão acerca da educação formal e, muito menos, de se estabelecer critérios valorativos entre a educação formal e a educação não formal. Trata-se, isto sim, do reconhecimento da existência de espaços diversos, onde os saberes podem ser construídos, e dentre esses múltiplos espaços destacamos o da produção ou do trabalho que se constitui no lócus preferencial das pesquisas que orientam o presente texto.

Mas o homem não é apenas ser natural, mas ser natural *humano*, isto é, ser existente para si mesmo (*für sich selbst seiendes Wesen*), por isso, *ser genérico*, que, enquanto tal, tem de atuar e confirma-se tanto em seu ser quanto em seu saber. Consequentemente, nem os objetos *humanos* são os objetos naturais assim como estes se oferecem imediatamente, nem o *sentido humano*, tal como é imediata e objetivamente, é sensibilidade *humana*, objetividade humana. A natureza não está, nem objetiva nem subjetivamente, imediatamente disponível ao ser *humano* de modo adequado. (MARX, 2004, p. 128, grifos do autor).

A esse respeito, Tiriba (2008, p. 48) afirma que a produção de saberes ocorre em diferentes espaços, como por exemplo no trabalho, onde são construídos “[...] códigos, padrões, normas, conhecimentos, saberes, crenças, valores e criações materiais (instrumentos, métodos, técnicas), [...] que regulam as ações e comportamentos humanos”. Vivenciando o princípio educativo do trabalho, os trabalhadores educam a si mesmos e aos outros em uma relação dialética, o que contribui para valorização dos trabalhadores e da formação humana; possibilitando uma outra visão de mundo, de homem e de prática social.

Os saberes da experiência são inerentes à produção associada da vida e apontam para uma velha/nova cultura do trabalho. Esses saberes são resultado da experiência (THOMPSON, 1987, 1998) com o trabalho associado, com os meios de produção (terra), com o mundo e com outros trabalhadores.

A partir da análise da pesquisa empírica em Capão Verde reconhecemos alguns saberes da experiência com a produção associada, que podem ser o embrião de uma velha/nova cultura do trabalho:

- a) a experiência singular com a terra, que (re)cria saberes;
- b) o parentesco, que influencia na permanência na comunidade e na manutenção da posse coletiva da terra;
- c) a possibilidade de sobreviver da terra (meio de produção) e sem ter patrão;
- d) a aprendizagem do trabalho com os pais (transmissão cultural) que se consolida no processo de trabalho;
- e) a experiência embrionária da autogestão do processo de trabalho e que se transforma com a práxis;
- f) as aprendizagens e descobertas coletivas na produção de novas mercadorias;
- g) o reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo;
- h) a criação da unidade de produção associada: Associação dos Agricultores e Agricultoras Afrodescendentes da Comunidade Tradicional Capão Verde.

Um dos saberes que consideramos como fundamental à permanência dos moradores na comunidade está intimamente ligado ao sentimento construído em relação à terra e que acarreta uma maneira singular de relação com a natureza. A importância atribuída à terra pelos trabalhadores e trabalhadoras de Capão Verde não é fruto de um sentimento externo a esses trabalhadores e trabalhadoras e, sim, um saber compartilhado pelos fundadores do quilombo. Eles socializaram o prazer/satisfação em trabalhar na terra e que faz parte das suas vidas. Esses saberes acabam por instituir uma tradição/costume transmitida entre as gerações.

Em Capão Verde, não vemos cercas nem divisórias. Cada um construiu sua casa e a sua roça onde achou conveniente, mas sempre ligada às dos demais. Essa proximidade faz com que os saberes sejam compartilhados indiscriminadamente e contribui para que o desejo de bem-estar comum entre os moradores da comunidade seja uma unanimidade. Assim, é produzida, por quase um século, a vida material e imaterial na comunidade.

Os costumes estão claramente associados e arraigados às realidades materiais e sociais da vida e do trabalho, embora não derivem simplesmente dessas realidades. Eles podem preservar a necessidade da ação coletiva, do ajuste coletivo de interesses, da expressão coletiva de sentimentos e emoções dentro do terreno e domínio dos que deles coparticipam, servindo com uma fronteira para excluir forasteiros. (THOMPSON, 1998, p. 22).

Alguns saberes em relação à terra são transpassados por gerações e um deles é a cura de doenças/enfermidades por meio da utilização de ervas, raízes e plantas. A transmissão dessa cultura que provém da relação ser humano-natureza, mediada pelo trabalho, ocorre oralmente, de geração a geração.

O aprendizado, como iniciação em habilitações dos adultos, não se restringe à sua expressão formal na manufatura, mas também serve como mecanismo de transmissão entre gerações. A criança faz seu aprendizado das tarefas caseiras primeiro junto à mãe ou avó, mais tarde (frequentemente) na condição de empregado doméstico ou agrícola. No que diz respeito aos mistérios da criação dos filhos, a jovem mãe cumpre seu aprendizado junto às matronas da comunidade. O mesmo acontece com os ofícios que não tem um aprendizado formal. Com a transmissão dessas técnicas particulares, dá-se igualmente a transmissão de experiências sociais ou da sabedoria comum da coletividade. (THOMPSON, 1998, p. 18).

Coletivamente, esses trabalhadores e trabalhadoras aprenderam como e por quê trabalhar e estabeleceram novos modos de pensar a vida e de se relacionar com o outro. Isso ensinou a autogestão do processo de trabalho e da vida numa configuração diferente do que se espera em uma sociedade capitalista, individualista e excludente.

Considerações finais

Embora a sociedade atual seja regulada em grande medida pelo capitalismo, ainda existem comunidades tradicionais que organizam o processo de trabalho de forma coletiva, igualitária e sem exploração do trabalho alheio, objetivando exclusivamente a reprodução ampliada da vida. Apesar de estarem inseridas no sistema capitalista, essas estratégias apresentam pressupostos que questionam o ideário neoliberal: autogestão, administração/organização participativa e democrática do trabalho, cooperação, autonomia, distribuição igualitária dos frutos do trabalho, liberdade individual, reciprocidade e comensalidade; diferenciando-se e constituindo-se em uma nova forma de organização do processo de trabalho e da vida social.

Por serem detentores dos meios de produção e repartirem os frutos do trabalho de maneira igualitária, o princípio da igualdade reforça os laços de pertencimento, solidariedade e compartilhamento no interior da comunidade. Internamente não há exclusão social, exploração no trabalho e tampouco, a competitividade. Além disso, a solidariedade e a cooperação são importantes por manterem redes de produção e venda das mercadorias produzidas, onde todos os trabalhadores são participantes; bem como redes que extrapolam o âmbito da produção e do trabalho, isto é, que incidem na produção da vida social.

Os saberes da vida cotidiana e os proporcionados pela experiência com a produção associada da vida foram identificados no *Muxirum*, na nas festas de santo, nas atividades compartilhadas pelos pais – lavar, cozinhar, limpar a casa, marcenaria, fazer doces em calda, remédios à base de ervas e raízes –, nas reuniões e rodas de conversa, nas experiências iniciais de produção de mercadorias, na busca de reconhecimento da Comunidade como quilombola, na preocupação com o meio ambiente, na criação e manutenção da Agroindústria.

O universo das comunidades tradicionais é marcado historicamente pela criação e vivência de um modo de vida e o estabelecimento de relações sociais, econômicas e culturais que remetem a um cotidiano onde a luta, o sofrimento, a resistência, a ameaça, a violência e a persistência são elementos centrais da memória coletiva. Nessa direção, Brandão (2012, p. 85) afirma que

[...] elas não são tradicionais porque aos olhos de quem chega opõem-se ao que, segundo 'eles' é: moderno. São tradicionais porque são ancestrais, porque são autóctones, porque são antigos, resistentes anteriores. Porque possuem uma tradição de memória de si mesmos em nome de uma história construída, preservada e narrada no existir em um lugar, por oposição a quem 'chega de fora'.

A possibilidade de dialogar com esses trabalhadores e trabalhadoras e identificar os seus saberes nos impeliu a repensar a formação humana e a práxis produtiva. Esperamos ter conseguido desvelar não só os saberes, mas as práticas, relações, novas concepções de mundo e fragilidades permeadas pela produção associada da vida e incitar reflexões aos leitores deste estudo. Resignificar esses saberes implica afirmar que o educar não se esgota na sala de aula, mas pode se efetivar através do trabalho associado e autogestionário, princípio educativo que é.

Referências

BRANDÃO, Carlos R.; LEAL, Alessandra. Comunidade tradicional: conviver, criar, resistir. **Revista da ANPEGE** [on line], v. 8, n. 9, p. 73-91, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/issue/view/17>>. Acesso em: 08/06/2014.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. São Paulo: Vozes, 1998.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. **Dicionário de Ciências Sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: MEC, 1987. (2 volumes).

DIEGUES, Antonio C.; ARRUDA, Rinaldo S. V. (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O Enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2003.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Difel, 1982. (Livro 1, v. 1).

_____. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho com o princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, Celso J. (Org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SCHULTS, Theodore W. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

THOMPSON, Edward P. **A Formação da classe operária inglesa**. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Volume 1).

_____. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

_____. **Os românticos**. A Inglaterra na era revolucionária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

TIRIBA, Lia. Cultura do trabalho, produção associada e produção de saberes. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 10, n. 2, maio/ago. p. 116-122, 2006. Disponível em: <<http://www.unisinos.br>>. Acesso em: 3 fev. 2014.

_____. Economia popular e cultura do trabalho. Pedagogia(s) da produção associada. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 27, n. 71, p. 85-98, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n71/a06v2771.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2014.

_____. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 69-94, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva_2008_01/Lia.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2014.